

O DESAPARECIMENTO DOS MUSEUS NO RIO DE JANEIRO E A (RE)EXISTÊNCIA DO MUSEU NACIONAL

Cecília de Oliveira Ewbank

Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Artes Visuais da UFRJ

Resumo: Configurados a partir dos fluxos que estabelecem com as coisas e com a sociedade na qual se inserem, os museus têm um ciclo de vida que depende da sua utilidade cultural e social. Frequentemente identificados como lugar de memória, não estão isentos do esquecimento e do apagamento das coleções e dos fatos e personagens relacionados a elas e, nem mesmo, de si próprios. Em consonância com estudos recentes voltados para o desaparecimento das coleções, este artigo retoma a trajetória de alguns museus e coleções que existiram no Rio de Janeiro e sua vinculação com o Museu Nacional como uma tentativa de colaborar com a reflexão sobre os possíveis refazimentos da memória.

Palavras-chave: Desaparecimento dos museus. Museus extintos. Museu Nacional

THE DISAPPEARANCE OF THE MUSEUMS IN RIO DE JANEIRO AND THE (RE)EXISTANCE OF THE NATIONAL MUSEUM

Abstract: *Configured from the flows they establish with things and the society in which they are inserted, museums have a life cycle that depends on their cultural and social utility. Often identified as a place of memory, they are not exempt from oblivion and erasure of the collections and the facts and characters related to them, and not even from themselves. In keeping with recent studies on the disappearance of collections, this article resumes the disappearance of some museums and collections that existed in Rio de Janeiro and their connections with the National Museum as an attempt to collaborate with the reflection on the possible reworkings of memory.*

Keywords: *Museums disappearance. Extinct museums. National Museum.*

Em uma das muitas idas e vindas ao Setor de Memória e Arquivo do Museu Nacional direcionadas para a pesquisa do mestrado, encontrei com um ofício de 1950 da então diretora do museu, Heloísa Alberto Torres, solicitando a aquisição do acervo etnográfico do Museu Simoens da Silva. Até então desconhecido para mim, descobri que o Museu Simoens se incluía no conjunto de museus que existiram no Rio de Janeiro. Tendo a trajetória do Museu Nacional como fio condutor, o presente artigo é um primeiro desdobramento da fenda aonde se inserem os museus que, como eles, “desapareceram”.

Em seu já clássico artigo *A biografia cultural das coisas*, Igor Kopytoff (2008) dá sequência à discussão introduzida por Arjun Appadurai (2008) sobre os processos cognitivos e culturais que viabilizam a mercantilização das coisas. Movimentados pelos acordos estabelecidos entre os valores de uso e de troca, mas também – e principalmente – por uma economia moral latente nos circuitos de transações, os processos tomam direções distintas. Assim, enquanto “o enclave busca proteger certas coisas da mercantilização, o desvio frequentemente visa atrair coisas protegidas para a zona de mercantilização”¹. Para o autor, tal desvio indica que pode estar a ocorrer uma crise, seja estética ou econômica. Cujo significado vai depender da relação histórica e dialética que as coisas envolvidas mantêm com as rotas das quais foram extraviadas.

Para Igor Kopytoff², a relação que construímos com as coisas incide sobre a expectativa biográfica que temos sobre elas, e que varia em relação à concepção prévia de cada um sobre o que deve ser focalizado. No âmbito dos museus, sua percepção como um espaço de salvaguarda da memória por meio da preservação de testemunhos culturais e naturais reconhecidos pela sua relevância ou tidos como em extinção é ponto comum. Não obstante, estudos recentes como o de Lubar et al.³ vêm se debruçando sobre a investigação dos desvios que afetam a expectativa biográfica dos museus a fim de compreender melhor o fenômeno que intitulam como a tafonomia dos museus: o processo através do qual as coleções desaparecem. No enfoque dos autores, processos históricos e recentes de transferências, doações e venda de partes ou da totalidade das coleções de museus, além das diferentes formas de perda das informações relacionadas a elas demonstram a frequência com a qual a impermanência atravessa a história do colecionismo no Ocidente.

Em outras palavras, Lubar et. al.⁴ advertem que a ideia de permanência no museu também foi algo forjado pelas mudanças na prática museológica ocorridas a partir do século XIX. Ao transpor para o universo dos museus a máxima de que para desaparecer, basta existir, os autores defendem que a aplicação da ideia de permanência contribuiu (e contribui) para moldar as práticas colecionistas, curatoriais e a própria missão do museu. Afinal, o trabalho de conservar algo com o intuito de que ele possa continuar a existir perpassa escolhas sobre quais usos e histórias se deseja transmitir.

O Desaparecimento dos Museus no Rio De Janeiro e a (re)Existência do Museu Nacional

¹ APPADURAI, Arjun. **Mercadorias e a política de valor**. In: APPADURAI, Arjun (Org.). *A vida social das coisas*. Niterói: EdUFF, 2008, p. 42.

² KOPYTOFF, Igor. **A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo**. In: APPADURAI, Arjun (Org.). *A vida social das coisas*. Niterói: EdUFF, 2008. p. 89-121.

³ LUBAR, Steven; RIEPPEL, Lukas; DALY, Ann; DUFFY, Kathrinne. **LostMuseums**. *MuseumHistoryJournal*, Reino Unido, v. 10, n. 1, p. 1-14, 2016.

⁴ *Ibid.*

Neste sentido, compreendemos que o esforço de recuperar a história dos museus sob o ponto de vista da sua impermanência nos possibilita ampliar a compreensão sobre as múltiplas vozes e lugares de fala que atravessam este gênero de instituição.

NADA SE CRIA, NADA SE PERDE, TUDO SE TRANSFORMA

Primogênito entre os museus brasileiros, o Museu Nacional, criado por decreto em 1818. Iniciaria a conformação do seu acervo por meio da incorporação de espécimes e artefatos de história natural encaminhados pelas diferentes províncias do país, mas também pela transferência de coleções de tipologias variadas provenientes da Real Academia Militar⁵. Indicada como uma das modalidades de desaparecimento das coleções postuladas por Lubar et al.⁶, a lógica da transferência no caso do MN incide, inclusive, sobre o edifício que serviria de sede ao museu. Estabelecido inicialmente no Campo de Santana, seria transferido em 1892, para o Paço de São Cristovão localizado na Quinta da Boa Vista.

Residência da família imperial até 1890, quando então é banida do Brasil, o Paço sediaria o leilão dos bens da referida família ainda neste ano. No artigo que publicou em 1940⁷, Francisco Marques dos Santos recupera algumas etapas do processo que culminou no desfazimento da coleção real indicando o destino de alguns itens que compunham o acervo. De caráter personalista, a narrativa é atravessada pelo sentimento de desolação do autor diante do acontecimento: “Entre museu e sepulcro era a impressão geral da majestosa casa”. Se por um lado a palavra “museu” remete à coleção reunida por Dona Leopoldina e transmitida ao Imperador Pedro II, cujos itens viriam a ser incorporados ao MN, o termo “sepulcro” denota o lugar ambíguo assumido pelo edifício do Paço enquanto túmulo de um período da história nacional que se encerrava naquele ato com o expurgo dos seus vínculos materiais, e como monumento consagrado a conservar as relíquias e memórias imperiais apesar de destituídas dos seus proprietários. Parafrazeando Kopytoff⁸ nos interessa averiguar qual foi a carreira da coleção do Paço até o leilão e qual aquela que as pessoas consideraram ideal para essa coleção após seu desfazimento.

Monarquista saudoso, Santos⁹ defende a incorporação pelo MN de todas as coisas que tivessem algum vínculo com o Segundo Reinado para futura pesquisa histórica sobre este período. O argumento reflete sua preocupação com a preservação do histórico de ocupação daquele palácio. Por outro lado, conquanto não existissem museus históricos no Brasil naquele período, argumenta que os objetos de história e as carruagens não deveriam permanecer em um museu de ciências naturais. Um destino possível seria sua transferência para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Não obstante os ensejos, Santos esclarece que nem todas as coisas tiveram o destino esperado. Apesar da constituição de uma comissão – composta inclusive pelo diretor do MN à época, Ladislau Netto – responsável por selecionar os itens que tivessem algum interesse para a instrução pública, indicando sua aquisição pelo governo, nenhum objeto foi adquirido para os museus então existentes.

⁵ LOPES, Maria Margareth. **O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX**. São Paulo: EditoraHucitec, 1997.

⁶ LUBAR et al., op. cit.

⁷ SANTOS, Francisco Marques. **O leilão do Paço Imperial**. Anuário do Museu Imperial, Petrópolis, v. 1, p. 151-316, 1940.

⁸ KOPYTOFF, op. cit, p. 92.

⁹ SANTOS, op. cit.

Os pertences de D. Pedro II foram adquiridos em sua maioria por particulares e, somente mais tarde, seriam transferidos para museus como o Museu Histórico Nacional e o Museu Nacional de Belas Artes.

Se em 1890 ainda não havia no Brasil museus de tipologia histórica, o MN já não era o único exemplar de museu existente no país. Em que pese o destino do acervo do Paço, sua criação impulsionara a sedimentação de museus no Brasil. Segundo levantamento realizado por Mário Chagas¹⁰ com base na compilação dos museus existentes no território nacional publicada por Guy de Hollanda, em *Recursos Educativos dos Museus Brasileiros*, no século XIX foram criados dez novos museus. O cálculo, que considera apenas os museus então existentes em 1958, data da publicação da obra, não compreende, contudo, os museus que já se encontravam extintos nesta data. Tal constatação permite supor que o ritmo de criação de museus no Brasil foi maior do que aquele estimado por Chagas.

DENTRO DA FENDA: O MUSEU AGRÍCOLA E INDUSTRIAL DO JARDIM BOTÂNICO E O MUSEU SIMOENS DA SILVA

Idealizado pelo presidente do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, Luís Pedreira do Couto Ferraz, o Museu Agrícola e Industrial do Jardim Botânico do Rio de Janeiro foi criado em 1873 com o patrocínio do Imperador D. Pedro II. Objeto da tese de doutorado de Janaína Furtado, o museu é identificado pela historiadora como parte de um “projeto para a divulgação da lavoura e da indústria nacionais e de melhoria da formação do agricultor brasileiro”¹¹ tendo em vista a sua modernização. Neste sentido, sua proposta pedagógica incluía a exposição de produtos agrícolas e manufaturados, tipos de madeiras nacionais e instrumentos e máquinas, além da instalação de ambientes e de laboratórios para experiências e demonstrações científicas. Mas de que forma foram reunidas as coleções do MAI?

Alice Semedo sugere que “todas as outras funções museológicas geralmente apreciadas não podem ser conseguidas sem primeiro considerar as coleções; quer dizer, sem primeiro considerar o recurso primário de um museu a partir do qual qualquer outra função se desenvolve”¹². Segundo Furtado, concomitante à construção do edifício iniciada em 1873 são recebidas as primeiras remessas de materiais e objetos oriundos das províncias brasileiras e, também, de instituições científicas como o MN, responsável pela doação de uma coleção de madeiras e objetos do seu acervo considerados mais afinados com a especialidade do novo museu¹³.

Conforme apontam Lubar et. al.¹⁴, a transferência de itens entre museus como forma de encorajar instituições emergentes e, por sua vez, favorecer a especialização do seu

¹⁰ CHAGAS, Mario de Souza. **Museus, memórias e movimentos sociais**. Cadernos de Sociomuseologia, Lisboa, v. 41, 2011. p. 5-15.

¹¹ FURTADO, Janaína. **Um museu desaparecido do século XIX: uma discussão acerca do Museu Agrícola e Industrial do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (1871-1886)**. Acervo, Rio de Janeiro, v. 26, n.º.2, p. 146-159, jul./dez. 2013, p. 147.

¹² SEMEDO, Alice. **Políticas de gestão de coleções (parte 1)**. Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Patrimônio. Lisboa, v. I, n. IV, p. 305-322.

¹³ FURTADO, op. cit., p. 153.

¹⁴ LUBAR et al., op. cit.

acervo era uma prática comum. No MN ela foi realizada ao longo das diferentes gestões em um movimento que insinua uma tentativa preliminar de definição de uma política de acervo.

Apesar dos esforços impetrados por Couto Ferraz, o MAI nunca chegou a ser aberto ao público. Para Furtado¹⁵, se por um lado a disputa sobre os usos adequados do Jardim Botânico criavam empecilhos à projeção do museu, a própria grandiosidade do projeto e os altos custos implicados na sua realização tornavam-no um projeto inviável. A deterioração do edifício e das coleções em razão da demora por uma definição do projeto facilitaria o desaparecimento efetivo do museu após o falecimento de seu fundador, em 1886.

Considerando que à toda ação sucede-se uma reação, é possível afirmar que a extinção dos museus ocorre paralelamente ao nascimento de outros, e vice-versa. Consoante o desaparecimento do MAI, o então garoto de oito anos de idade, Antonio Carlos Simoens da Silva (1871-1948), começava a reunir uma pequena coleção de conchas, pedaços de cerâmica e objetos. O acréscimo de novos e variados itens herdados ou adquiridos em leilões e nas viagens que realizaria pelo Brasil e pelo exterior como cônsul e membro da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro resultaria na constituição do Museu Simoens da Silva.

Instalado na residência da família localizada à Rua Visconde e Silva n. 111, no bairro de Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro, o MSS reunia um acervo de 2.075 peças organizado em três seções: “Ciência”, composta por artefatos e espécimes de história natural, de antropologia e de arqueologia; “Arte”, representada pelas coleções de iconografia, mobiliário, indumentária e arte decorativa; e “História”, conformada por objetos relacionados às figuras e instituições representativas da história nacional, principalmente do período Imperial, sendo alguns exemplares provenientes do leilão do Paço (Anexo 1).

Aberto para visitação pública durante dois dias na semana, ocasião em que Simoens guiava pessoalmente os visitantes pelas coleções, a visibilidade do museu era ainda incrementada por meio da exposição de suas coleções em conferências públicas realizadas por ele sobre os países e os contextos de sua procedência. Totalmente dependente da figura do fundador, com o seu falecimento em 1948 o museu seria fechado e a coleção leiloada pela sua família em 1957. Completa o apagamento do museu – e da personagem do seu fundador – do *imaginário museal*¹⁶ dos habitantes do Rio de Janeiro a demolição da chácara que servia de sede ao museu e de residência da família em 1968.

O fechamento desses dois museus expõe os limites da vinculação entre a instituição e a personagem de seu fundador e a eficácia da sua construção pública e simbólica na negociação com o Estado para a continuidade do museu. No caso do MSS, seu desmantelamento incide sobre a incompatibilidade de um acervo heterogêneo estagnado e gerido por um estudioso autodidata em um período de crescente especialização dos museus e de seus diretores com o direcionamento para tipologias específicas de acervo¹⁷. Por sua vez, a intenção de garantir a perenidade de determinada imagem de si vinculada ao espaço físico

¹⁵ FURTADO, op. cit.

¹⁶ CHAGAS, op. cit.

¹⁷ LOPES, op. cit.

do museu e da residência também parece ter excluído qualquer possibilidade de doação do acervo a outra instituição congênere.

Mas como advertem Lubar et al.¹⁸, o desaparecimento de um museu não implica no mesmo destino para a sua coleção. De fato, no que se refere à sua reintrodução no circuito das mercadorias é mesmo possível que haja uma resistência cultural que possibilite uma forma de sacralização das suas partes¹⁹. A existência de uma parte da coleção etnográfica do MSS no acervo do Museu do Índio²⁰ criado em 1953, portanto apenas quatro anos antes do leilão da coleção, é um exemplo disso (Anexo 2). Assim como as pessoas, as coisas circulam.

BALANÇO DOS MUSEUS QUE DESAPARECERAM NO RIO DE JANEIRO

Inicialmente tímido, o ritmo de criação de novos museus no Brasil aumentaria exponencialmente a partir da década de 1930. De acordo com o levantamento realizado por Chagas²¹ supracitado, entre o início do século XIX e 1930 a média foi de aproximadamente seis museus por década. Por sua vez, entre 1931 e 1958, ano de publicação da obra de Hollanda, a média saltaria para vinte e oito por década. Essa profusão museal se reflete na criação do primeiro Curso de Museus no Museu Histórico Nacional, em 1932, e nas primeiras tentativas de recensear estas instituições.

Além do trabalho de Hollanda, outro levantamento foi iniciado em 1951 pela então diretora do MN, Heloísa Alberto Torres. Seu objetivo era recolher informações sobre “tudo quanto diga respeito aos museus do nosso País, no intuito de examinar quais os meios adequados a estimular e apoiar a melhoria de cada qual, tendo como base um conhecimento exato de suas condições institucionais e funcionais”. Direcionado para a atualização dos museus existentes no Brasil com informações sobre a natureza da entidade mantenedora, finalidade, pesquisas, acervo e coleções, e do seu âmbito de ação, o levantamento se inseria em um projeto de pesquisa museográfica que ainda previa outras duas etapas: levantamento da bibliografia existente sobre museus de ciências naturais e antropológicas no que se refere aos aspectos de apresentação das coleções ao público (exposições) – haja vista o enquadramento do MN nesta tipologia de museu; e levantamento da bibliografia referente aos métodos de pesquisas tecnológicas em etnografia - a julgar pela especialização de Heloísa A. T. em Antropologia, com ênfase sobre a etnografia

No ofício que encaminhou ao CNPq em 20 de agosto de 1952 solicitando uma bolsa de estudos de três anos para a aluna do Curso de Museus, Sra. Machado Portela Fait²², estudar os métodos modernos de museografia e colaborar na sua divulgação, Heloísa A. T. explicita melhor os objetivos da pesquisa proposta. Esta era uma das etapas que deveriam ser desenvolvidas por uma pequena equipe de especialistas em museus com o fim de estimular e divulgar a pesquisa científica sobre este gênero de instituição, sobretudo no que se refere à sua função educativa.

O interesse sobre uma bibliografia voltada para os museus condiz com o

¹⁸ LUBAR et al., op. cit.

¹⁹ KOPYTOFF, op. cit.

²⁰ VALLE, Arthur. “**Colectionadores**”: uma análise da série de artigos de Oscar Lopes, publicada na *Gazeta de Notícias* em 1905. Anais do VIII Seminário do Museu D. João VI / IV Colóquio Internacional Coleções de Arte em Portugal e Brasil nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: UFRJ, EBA/PPGAV; UFRJ, Museu D. João VI, 2017. P. 197-211.

²¹ CHAGAS, op. cit.

²² O ofício se refere possivelmente à Maria Tereza Brasil Machado Portella, professora matriculada como ouvinte do Curso de Museus do MHN no ano de 1950. Ver: SÁ, Ivan Coelho de; SIQUEIRA, Graciele Karine (Org.). Curso de Museus – MHN, 1932-1978: alunos, graduandos e atuação profissional. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Museologia, 2007. P. 108.

investimento que a sua gestão (1938-1855) vinha fazendo em questões relacionadas à museografia e à museologia. Desde 1941 os naturalistas e técnicos do MN se beneficiavam de cursos de aperfeiçoamento técnico voltados para as ciências naturais e antropológicas e que compreendiam também a oferta regular de cursos de capacitação em arquivo, inglês e francês, além de cursos esporádicos vinculados à questões museológicas. Neste ensejo, puderam participar das Discussões dos problemas de Etiquetagem de peças em exposição promovidas pelo historiador da arte francês, Germain Bazin, em 1946. Some-se a isso a realização de visitas técnicas às exposições e coleções do MN mediadas por museógrafos e conservadores de museus brasileiros e estrangeiros²³.

Parte do seu projeto de transformação do MN em um instituto de educação suplementar e centro de pesquisa²⁴, a ideia de formar uma equipe de especialistas em museus concorria com o Curso de Museus do MHN. Neste quesito, o caráter científico do museu era um diferencial relevante, uma vez que o referido curso privilegiava o domínio sobre a história e as artes decorativas concentrando os aspectos relacionados às ciências naturais na cadeira de Arqueologia²⁵.

Realizado por meio de ofícios encaminhados por Heloísa A. T. aos diferentes museus brasileiros, a análise dos destinatários incluídos no referido levantamento permite acrescentar ao levantamento de Hollanda outros museus existentes na década de 1950 (Anexo 3). São eles: Museu Adriano Jorge (Arapiraca, Alagoas), Museu do Gabinete de Leitura Rui Barbosa (Jundiá, São Paulo), Museu Histórico Escola Normal Carlos Gomes (Campinas, São Paulo), Museu da Biblioteca Pelotense (Pelotas, Rio Grande do Sul), Museu do Brasil Central (D.F.), Museu do Xandico (Uberlândia, São Paulo) e Museu Rio Novo (Rio Novo, Minas Gerais)²⁶. Apesar da aparente diversidade de tipologias, é possível assinalar algumas características em comum entre eles.

Com exceção do Museu do Brasil Central, a instalação desses museus em cidades que não são capitais indica uma tendência à interiorização desse gênero de instituição na primeira metade do século XX. Outro aspecto comum é a referência na sua designação à personagens da história nacional ou local, ou à localidade em que se encontram situados. Tal característica se concatena ao surgimento e a consolidação de museus dedicados à história nacional neste período²⁷. Por fim, com exceção dos demais, o Museu da Biblioteca Pelotense é o único a constar na recente listagem dos museus existentes no país incluída no *Guia dos museus brasileiros*, publicado pelo Instituto Brasileiro de Museus, em 2011. Os outros seis não foram objeto de menção na referida publicação, o que leva à constatação de que já se encontravam extintos por ocasião da publicação.

Referência para o estudo dos museus desaparecidos no Brasil, o *Guia de 2011* traz uma listagem específica sobre os museus extintos, incorporados ou renomeados entre a década de 1970 e 2011 que respalda a ampliação das pesquisas sobre o destino dos museus e de suas coleções. Apesar da falta de informações sobre a data exata e o motivo do desaparecimento, bem como do destino do acervo de alguns museus listados, cinquenta e dois museus aparecem indicados como extintos.

²³ EWBANK, Cecília de Oliveira. **A parte que lhe cabe deste patrimônio: o projeto indigenista de Heloísa Alberto Torres para o Museu Nacional (1938-1955)**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2017.

²⁴ *Ibid.*, p. 127-130.

²⁵ A cadeira de Arqueologia, responsável por introduzir as bases conceituais e metodológicas da disciplina e conteúdos relacionados à áreas afins como a Paleontologia, a Geologia e a Antropologia. Ver: SALADINO, Alejandra; MACHADO, Guilherme. *A Arqueologia na formação do museólogo: um olhar a partir do Curso de Museologia (1932-2010)*. Cadernos de Sociomuseologia, v. 7, p. 107-128, 2016.

²⁶ Relatório de avisos e ofícios, jan-abr 1951, RA 142, of. de 27 de abril de 1951. Ofício de Heloísa Alberto Torres ao Sr. Diretor do Museu Adriano Jorge. SEMEAR/MN. Durante a minha pesquisa de mestrado no Setor de Arquivo do MN encontrei diversos ofícios encaminhados pela gestão de Heloísa Alberto Torres a diferentes museus brasileiros com vistas ao levantamento aqui mencionado. A título e curiosidade, apenas anotei os nomes dos museus mencionados acima indicando as suas respectivas localidades de origem a fim de otimizar a análise dos documentos. Além destes, registrei o contato com o Museu São João e o Museu Dr. José F. Libero Ateniense, mas infelizmente não anotei a informação de procedência sobre estes museus.

²⁷ MENDONÇA, Edgar Süsskind de. **A extensão Cultural dos Museus**. Publicações Avulsas, Rio de Janeiro, Museu Nacional, nº2, 1946, p. 49.

As regiões sudeste e nordeste são as que detêm o maior número de casos, dezesete cada uma. Cruzando estes dados com a compilação feita por Hollanda, o número de museus desaparecidos cresce ainda mais. Dezoito dos museus existentes em 1958 não foram mencionados em nenhuma das listagens do *Guia* de 2011, sendo que nove destes estavam instalados na cidade do Rio de Janeiro. Some-se ainda o MN, praticamente destruído por um incêndio no dia 2 de setembro de 2018. Relacionada à longevidade, a expectativa biográfica que temos das coisas relacionadas ao universo museal nem sempre condiz com a realidade.

REFAZIMENTOS POSSÍVEIS

Autores como Lopes e Lubar et. al. advertem que a longevidade dos museus e de suas coleções está relacionada ao seu uso social. Edifícios repletos de coisas não bastam para que o museu funcione, é preciso que haja uma interação eficaz com as pessoas e a comunidade do seu entorno. Exemplos recentes como o Museu das Remoções demonstram que, ao contrário do que comumente ocorre, a dispersão das pessoas e das coisas e até mesmo a destruição do ambiente onde se dá a sua interação pode ensejar a criação de um museu. O fundamental é que o vínculo entre elas seja de alguma forma mantido.

Localizado na comunidade da Vila Autódromo, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, o museu que tem como lema “Memória não se remove”, manifesta o protagonismo e a resistência dos moradores da comunidade contra a sua remoção desencadeada no período da realização dos Jogos Olímpicos, em 2016. Como pontua Diana Bogado, o referido museu se apresenta como uma “estratégia de luta pelo direito à moradia digna e pelo direito à cidade, contra a construção da cidade neoliberal excludente e autoritária”²⁸. Na luta pela manutenção da memória da Vila Autódromo, o museu, vive e resiste.

Mesmo com a destruição da quase totalidade do acervo que se encontrava no edifício sede do MN, a comunidade dos funcionários, amigos e amantes do museu tem buscado manter acesa a sua memória. A assertiva do professor do Departamento de Antropologia do MN e atualmente coordenador nacional da área de Antropologia e Arqueologia junto à Capes, Antônio Carlos de Souza Lima de que “a instituição não é apenas o conjunto de coleções que foi perdido, o prédio ou os equipamentos que eram utilizados para trabalhar. A instituição são as pessoas”²⁹, parece ser unânime.

Na noite em que pegou fogo, uma parte dos seus funcionários e da comunidade se deslocou às pressas para a Quinta da Boa Vista. Enquanto uns se articularam para auxiliar no salvamento do que fosse possível das suas coleções, outros permaneceram atônitos na esperança de capturar as memórias e referências das vivências daquele lugar. Com a veiculação nas mídias e nas redes sociais, nos dias seguintes foram iniciadas campanhas para o resgate do acervo. Além dos arqueólogos da instituição que têm trabalhado no resgate de itens que ficaram sob os escombros do edifício, a Biblioteca Central do MN, que não foi atingida pelo incêndio, se prontificou a receber fragmentos de documentos queimados

²⁸ BOGADO, Diana. Museu das Remoções da Vila Autódromo: Resistência criativa à construção da cidade neoliberal. *Cadernos de Sociomuseologia*, Nova série 10 - 2017 (Vol. 54): Questões contemporâneas da Sociomuseologia. p. 3-27, p. 9.

²⁹ Museu Nacional, um museu feito de gente. CONEXÃO UFRJ, ed. 15, nov-dez 2018. Disponível em <<https://xn-conexo-7ta-ufrj.br/artigos/museu-nacional-um-lugar-feito-de-gente>>. Acesso em 25/01/2019.

que foram dispersos pelo vento sobre os bairros no entorno da Quinta da Boa Vista. A remessa de livros que possibilitem a reconstituição da biblioteca do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e de registros imagéticos de itens do acervo do MN, bem como dos seus ambientes expositivos e institucionais a fim de constituir um repositório virtual do que era o museu continua em andamento.

O fluxo das coisas pelo mundo é contínuo. No sentido inverso do movimento feito outrora com relação ao MAI e outros museus para os quais doou parte de seu acervo, o MN tem recebido ajuda de diferentes pessoas e instituições para reconstituir parte da sua memória e tentar fazer com que ela permaneça viva. Uma exposição com fósseis da Antártica oriundos da coleção acabou de ser inaugurada no Centro Cultural Museu Casa da Moeda, antiga sede do MN no Campo de Santana. Parceiro de diferentes instituições científicas congêneres desde os seus primórdios, também recebeu doações financeiras para a sua reconstrução, além de bolsas de estudos para que seus pesquisadores possam dar continuidade ao seu trabalho no exterior.

Se por um lado a solidariedade de outras instituições para com o MN constitui uma forma de construir uma nova coleção, entendendo que o que foi extinto só pode ser reconstruído por meio de pesquisas, ele também surge como uma possibilidade de rever e reformular as bases de (re) construção da instituição a partir de um arranjo mais igualitário perante a sociedade. Refletir sobre os museus desaparecidos é uma tarefa que pode ser dolorosa, mas que é necessária a um esforço de enxergar alternativas possíveis de reversão do apagamento da memória nacional. O museu vive e resiste, ou pelo menos está tentando encontrar os caminhos para isso.

REFERÊNCIAS

- APPADURAI, Arjun. **Mercadorias e a política de valor**. In: APPADURAI, Arjun (Org.). *A vida social das coisas*. Niterói: EdUFF, 2008.
- BOGADO, Diana. **Museu das Remoções da Vila Autódromo: Resistência criativa à construção da cidade neoliberal**. *Cadernos de Sociomuseologia*, Nova série 10 - 2017 (Vol. 54): Questões contemporâneas da Sociomuseologia. p. 3-27.
- CHAGAS, Mario de Souza. **A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: MinC/IBRAM, 2009.
- _____. **Museus, memórias e movimentos sociais**. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, v. 41, 2011. p. 5-15.
- EWBANK, Cecília de Oliveira. **A parte que lhe cabe deste patrimônio: o projeto indigenista de Heloísa Alberto Torres para o Museu Nacional (1938-1955)**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2017.
- FURTADO, Janaína. **Um museu desaparecido do século XIX: uma discussão acerca do Museu Agrícola e Industrial do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (1871-1886)**. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 26, nº.2, p. 146-159, jul./dez. 2013.
- HOLLANDA, Guy de. **Recursos educativos dos museus brasileiros**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais; Organização Nacional do ICOM, 1958.
- KOPYTOFF, Igor. **A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo**. In: APPADURAI, Arjun (Org.). *A vida social das coisas*. Niterói: EdUFF, 2008. p. 89-121.

- KOPYTOFF, Igor. **A biografia cultural das coisas:** a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun (Org.). *A vida social das coisas*. Niterói: EdUFF, 2008. p. 89-121.
- LOPES, Maria Margareth. **O Brasil descobre a pesquisa científica:** os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo: EditoraHucitec, 1997.
- LUBAR, Steven; RIEPPEL, Lukas; DALY, Ann; DUFFY, Kathrinne. **Lost-Museums**. *MuseumHistoryJournal*, Reino Unido, v. 10, n. 1, p. 1-14, 2016.
- MENDONÇA, Edgar Süssekind de. **A extensão Cultural dos Museus**. Publicações Avulsas, Rio de Janeiro, Museu Nacional, nº2, 1946.
- SÁ, Ivan Coelho de; SIQUEIRA, Graciele Karine (Org.). **Curso de Museus – MHN, 1932-1978:** alunos, graduandos e atuação profissional. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Museologia, 2007.
- SALADINO, Alejandra; MACHADO, Guilherme. **A Arqueologia na formação do museólogo:** um olhar a partir do Curso de Museologia (1932-2010). *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 7, p. 107-128, 2016.
- SANTOS, Francisco Marques. **O leilão do Paço Imperial**. Anuário do Museu Imperial, Petrópolis, v. 1, p. 151-316, 1940.
- SEMEDO, Alice. **Políticas de gestão de coleções (parte 1)**. *Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Patrimônio*. Lisboa, v. 1, n. IV, p. 305-322.
- VALLE, Arthur. **“Colecionadores”:** uma análise da série de artigos de Oscar Lopes, publicada na *Gazeta de Notícias* em 1905. *Anais do VIII Seminário do Museu D. João VI / IV Colóquio Internacional Coleções de Arte em Portugal e Brasil nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: UFRJ, EBA/PPGAV; UFRJ, Museu D. João VI, 2017. P. 197-211.